

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

Implicações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na renda e organização de agricultores familiares

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) [National School Feeding Program] implications in the income and organization of family farmers

Nádia Kunkel Szinwelski

Carla Rosane Paz Arruda Teo

Luciara de Souza Gallina

Fabiula Grahl

Cimara Filippi

Sumário

CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	2
Carlos Ayres Britto	
PERDA DE MANDATO PARLAMENTAR POR FORÇA DE CONDENAÇÃO CRIMINAL NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	9
José Levi Mello do Amaral Júnior	
PODER NORMATIVO DAS CORTES CONSTITUCIONAIS: O CASO BRASILEIRO.....	16
Inocência Mártires Coelho	
PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL.....	29
José Levi Mello do Amaral Júnior	
PRIMEIRAS LINHAS SOBRE A OPÇÃO POLÍTICO-CRIMINAL DA DESERÇÃO MILITAR: A NECESSÁRIA CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
Antonio Henrique Graciano Suxberger e Danilo Gustavo Vieira Martins	
IMPLICAÇÕES DO DIREITO AO VOTO AOS IMIGRANTES: AMEAÇA À SOBERANIA NACIONAL OU EFETIVAÇÃO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL?	58
Juliana Cleto	
CRIMEN, DESEMPLEO Y ACTIVIDAD ECONÓMICA EN CHILE.....	81
Sergio Zuñiga-Jara, Sofía Ruiz Campo e Karla Soria-Barreto	
O IMPACTO DE DIFERENTES TIPOS DE REPRESSÃO LEGAL SOBRE AS TAXAS DE HOMICÍDIO ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS	100
Adolfo Sachsida, Mário Jorge Cardoso de Mendonça e Tito Belchior Silva Moreira	
ANÁLISE DOS IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS DO PROGRAMA DE P&D DA ANEEL NO SETOR ELÉTRICO: DIFERENÇAS COM OS EUA.....	124
Igor Polezi Munhz, Alessandra Cristina Santos Akkari e Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos	
SHANGO UNCHAINED? STATE IN(CAPACITY), URBAN BIAS, AND THE POWER AFRICA INITIATIVE .	146
Tom Brower	
LEVANDO O ORÇAMENTO A SÉRIO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	179
Andre Bogossian	

ESTIMATIVA DE DEMANDA PELA FORMALIZAÇÃO DA ECONOMIA INFORMAL NO AGRESTE PERNAMBUCANO: UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE.....	200
Monaliza de Oliveira Ferreira e Kelly Samá Lopes de Vasconcelos	
IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NA RENDA E ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES.....	221
Nádia Kunkel Sziwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara de Souza Gallina, Fabiula Grahl e Cimara Filippi	
DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS E A POBREZA NO NORDESTE DO BRASIL.....	241
Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira, Solange de Cassia Inforzato de Souza e Aricieri Devidé Junior	
EFEITOS COLATERAIS DA MINERAÇÃO NO MEIO AMBIENTE	264
Márcio Oliveira Portella	
PARTICIPAÇÃO POPULAR E ACESSO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL PARA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO	278
Luciano Marcos Paes	
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DE MAGISTRADOS: A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO JUDICIAL ATRAVÉS DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA.....	289
Flávio José Moreira Gonçalves	
RESENHAS	
SIMPLER: THE FUTURE OF GOVERNMENT, DE CASS SUSTEIN	316
Veyzon Campos Muniz	

Implicações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na renda e organização de agricultores familiares*

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) [National School Feeding Program] implications in the income and organization of family farmers

Nádia Kunkel Sziwelski **

Carla Rosane Paz Arruda Teo ***

Luciara de Souza Gallina ****

Fabiula Grahl *****

Cimara Filippi*****

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal aos estados, Distrito Federal e municípios, para aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, e 30% desses recursos devem ser destinados à compra de alimentos da agricultura familiar. Este estudo buscou conhecer as modificações referidas por agricultores familiares de Seara - SC em termos de renda e organização, após iniciar fornecimento de alimentos para o PNAE. Foram realizadas entrevistas com agricultores familiares que entregam alimentos para o Programa, cujas respostas foram submetidas à análise de conteúdo. O PNAE, além de melhorar a qualidade das refeições servidas nas escolas, traz melhoria de renda aos agricultores. Também há avanço na organização destes, já que a associação em cooperativas promove trabalho em equipe e apoio profissional.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Renda. Agricultura familiar.

ABSTRACT

The Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) [National School Feeding Program] consists in the transference of financial resources from the Federal Government to the states, Federal District and cities, for the acquisition of food for school feeding, which 30% of these resources should be intended for the buying of food from family agriculture. The objective of the study was to know the changes mentioned by the family farmers from Seara – SC in terms of income and organization, after starting the food supply to the PNAE. Interviews were held with family farmers that delivered food to the Program which answers were submitted to analysis of

* Recebido em 25/03/2015

Aprovado em 08/07/2015

** Nutricionista - Docente do curso de Nutrição da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - SC. E-mail: nadiaks@unochapeco.edu.br.

*** Nutricionista - Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - SC. E-mail: carlateo@unochapeco.edu.br.

**** Nutricionista - Docente do Curso de Nutrição da Universidade Comunitária da Região de Chapecó -SC. E-mail: luciara@unochapeco.edu.br.

***** Acadêmica do curso de Nutrição -Bolsista do Núcleo de Iniciação Científica em Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas, financiado pelo Art. 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina. E-mail: fabiulagrahl@unochapeco.edu.br.

***** Acadêmica do curso de Nutrição -Bolsista voluntária do Núcleo de Iniciação Científica em Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas, financiado pelo Art. 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina. E-mail: cimaraa@unochapeco.edu.br.

content. The PNAE brings positive changes to the interviewees, since it not only improves the quality of the meals served in schools but also brings better income to the farmers. There is also improvement in the organization of the farmers, since the association in cooperatives promotes team work and professional support.

Key words: School feeding. Income. Family agriculture.

1. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste na política pública de alimentação mais antiga do Brasil e um dos maiores programas de alimentação escolar em nível mundial. O embrião do atual Programa foi instituído em 1955, com a criação da Campanha da Merenda Escolar¹, que, inicialmente, contou com o financiamento de Organizações Internacionais. Atualmente, o Programa consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, de forma suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar.²

O PNAE constitui-se em importante estratégia para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), já que promove o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) por meio da alimentação escolar.³ É o único programa brasileiro de cunho alimentar que possui atendimento universalizado.⁴

A verba utilizada para a alimentação escolar é proveniente de recursos federais e repassada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para estados e municípios de acordo com o número de estudantes da educação básica que cada município possui.⁵

O artigo 2º, inciso V da Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, trata do apoio ao desenvolvimento sustentável, e nele está enfatizada a inserção da agricultura familiar no âmbito do PNAE já que se afirma que deve haver incentivo à aquisição de gêneros alimentícios variados, produzidos em âmbito local e de preferência pela agricultura familiar ou empreendedores familiares rurais, com prioridade às comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Ainda na mesma legislação, em seu artigo 14, especifica-se que, no mínimo, 30% do total dos recursos repassados pelo FNDE deverão ser destinados à aquisição de alimentos diretamente do agricultor ou empreendedor familiar rural ou de suas organizações, dando prioridade aos assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.⁶ Com isso, o programa passa a apoiar o desenvolvimento local, incentivando aquisição de alimentos diversificados e produzidos na própria região, proporcionando maior adequação aos seus hábitos alimentares.⁷

1 BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto n. 37.106, de 31 de março de 1955*. Institui a Campanha de Merenda Escolar. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

2 BRASIL. *Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 10 jul. 2014.

3 VILLAR, Betzabeth Slater et al. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 223-226, mar. 2013.

4 TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010.

5 SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, abr. 2013.

6 BRASIL. *Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 10 jul. 2014.

7 VILLAR, Betzabeth Slater et al. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 223-226, mar. 2013.

A aquisição de alimentos para o programa auxilia a reintegrar a cidade e o campo, podendo colaborar para o enfrentamento de problemas no consumo e produção de alimentos. Essa iniciativa integra “políticas de direito à alimentação, relacionadas à saúde e à nutrição da população de escolares e [...], criam mercados para os agricultores familiares onde não existiam ou eram muito débeis”.⁸ Isso significa que o dispositivo legal do PNAE o aproxima da agricultura familiar e essa aproximação é favorável ao fortalecimento da agricultura familiar, colaborando para sua sustentabilidade e para a soberania alimentar.⁹

As evoluções ocorridas na gestão do programa, como a descentralização e obrigatoriedade na compra de alimentos básicos foi fundamental para fortalecer o programa e a agricultura familiar.¹⁰ Ressalta-se que, de acordo com a Lei nº 11.947/2009, gêneros alimentícios básicos são aqueles imprescindíveis à promoção da alimentação saudável.

Orientações como as descritas na Resolução/CD/FNDE nº 26/2013 de limitar a compra de alimentos restritos — enlatados, embutidos, doces, alimentos semiprontos ou prontos para o consumo, alimentos concentrados com teor elevado de sódio ou gordura saturada — a 30% dos recursos destinados ao Programa e de, logicamente, utilizar o restante para a compra de alimentos básicos, sendo no mínimo 30% diretamente da agricultura familiar, auxiliam em seu fortalecimento, além de promover alimentação adequada aos escolares.¹¹

É importante salientar que, até o ano de 1994, a maioria dos alimentos oferecidos pelo PNAE não se adaptavam aos hábitos dos estudantes, pelo fato de que os cardápios eram padronizados em nível nacional, sendo o processo de aquisição de alimentos centralizado. Muitas vezes os alimentos chegavam às escolas impróprios para o consumo, o que aumentava o desperdício. A partir de 1994, houve a descentralização da gestão do programa, sendo designada aos municípios, o que propiciou melhor adequação ao hábito alimentar da população atendida.¹²

Com base no contexto de obrigatoriedade da aquisição de alimentos para o PNAE diretamente do pequeno agricultor, o presente estudo propõe-se a conhecer as modificações referidas por agricultores familiares de um município catarinense de pequeno porte, em termos de renda e organização, após sua inserção no mercado institucional representado pela alimentação escolar.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada com agricultores familiares do município de Seara – SC, que realizam entrega de gêneros alimentícios para o PNAE. O primeiro contato com os agricultores ocorreu por meio da nutricionista Responsável Técnica da Secretaria da Educação do referido município.

8 TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2010. p. 2.

9 TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MONTEIRO, Carlos Augusto. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n. 5, p. 657-668, set./out. 2012.

10 SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, abr. 2013.

11 BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução FNDE/CD nº 26, de 17 de junho de 2013*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC>. Acesso em: 23 nov. 2014.

12 TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010.

O estudo é descritivo e exploratório de natureza qualitativa, seguindo o método de amostragem por saturação teórica, definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados.¹³

Foi realizado um pré-teste com dois agricultores familiares que não fizeram parte do grupo de participantes do estudo para verificar a adequação do instrumento de coleta de dados aos objetivos da pesquisa.

Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada gravada e posteriormente transcrita. As entrevistas foram agendadas previamente e realizadas pelas pesquisadoras em local de escolha do entrevistado. Após esclarecimento sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, os agricultores familiares deveriam manifestar aceite de participação com base na assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Consentimento para Uso de Voz.

As respostas das entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo, que consiste em operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e por reagrupamento segundo a analogia.¹⁴

A análise dos dados pautou-se pelas seguintes categorias: o fornecimento de alimentos para o PNAE; a parceria com cooperativas; e as mudanças na renda após parceria com o Programa.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, envolvendo Seres Humanos da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) sob o Protocolo de Pesquisa nº 290/13.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 10 agricultores familiares do município de Seara-SC que fornecem alimentos para o PNAE. A idade dos agricultores variou entre 38 e 76 anos, o que permite identificar que há predominância de adultos e idosos nas atividades rurais, corroborando um relativo envelhecimento do setor rural, dado o intenso deslocamento dos jovens para os centros urbanos frente à incapacidade das atividades agrícolas assegurarem a ocupação e o sustento de todos os membros das famílias.¹⁵

Esse panorama tem sido reportado na literatura e apontado como desfavorável à reprodução social do setor, pois são os jovens que podem dar continuidade às atividades de produção de alimentos para garantir suprimento das necessidades da população. Em estudo realizado por Silva¹⁶, que investigou os fatores limitantes à participação de agricultores familiares no fornecimento de produtos para o PNAE, também foi observado que os entrevistados apresentaram idade entre 34 e 75 anos, condizendo com o encontrado no presente estudo.

Esse quadro atual de envelhecimento da população na agricultura é preocupante¹⁷, pois resulta em baixa capacidade de renovação desse segmento.¹⁸ Nesse contexto, tem sido apontado que as iniciativas de revitali-

13 FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

14 BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

15 MARCONDES, Tabajara. Mudanças no espaço rural de Santa Catarina. In: VIEIRA, Luiz Marcelino (Org). *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010*. Florianópolis: EPAGRI, 2010. p. 12-24.

16 SILVA, Cláudia Hein da. *Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar do município de Arroio dos Ratos – RS*. 2013. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Arroio dos Ratos, 2013.

17 SCHNEIDER, Armildo. *A participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul*. 2013. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, 2013.

18 MATTEI, Lauro. Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina. In: VIEIRA, Luiz Marcelino (Org). *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010*. Florianópolis: EPAGRI, 2010. p. 25-35.

zação da agricultura familiar devem conferir especial atenção à juventude rural, considerada como ator social central nesse processo em razão de algumas peculiaridades, como a curiosidade, a criatividade, a afinidade por processos inovadores e dinâmicos, a facilidade de aderir a novos canais de comunicação, assegurando que novos conhecimentos sejam gerados e incorporados ao setor. Além disso, a juventude rural representa o futuro da agricultura familiar.¹⁹ Nesse sentido, a inserção de produtos da agricultura familiar no PNAE pode ser estratégia de enfrentamento desses desafios, contribuindo para a permanência dos jovens na atividade rural e, assim, para a reprodução intergeracional do setor.

Segundo Tomasetto, Lima e Shikida²⁰, “a agricultura familiar, como forma de diversificação da produção, vem se desenvolvendo em todos os pontos do mundo e tem como característica a predominância da mão de obra e gerenciamento por membros da família.” Dessa maneira, Ribeiro, Ceratti e Broch²¹ veem o PNAE como importante estratégia de incentivo ao trabalho familiar, prevenindo o êxodo rural.

Para Reis e Gonçalves Neto²², o desemprego no campo é fomentado pelas monoculturas e sua mecanização promove o êxodo rural. Em contrapartida, a agricultura familiar conta com mão de obra familiar e casualmente com a ajuda de terceiros. A agricultura familiar e a produção de alimentos diversificados são importantes tanto para a alimentação dos brasileiros quanto para a empregabilidade no campo.

De acordo com Saraiva et al.²³, a aproximação dos agricultores familiares com os consumidores promove integração que além de diminuir o êxodo rural, contribui para a diminuição da pobreza tanto no nível rural quanto urbano.

Em relação ao tempo de fornecimento de gêneros alimentícios para o Programa pelos agricultores familiares entrevistados, houve variação entre dois e cinco anos, e o Programa teve início no município há aproximadamente cinco anos.

Para cada categoria de análise do conteúdo das entrevistas, foram definidas categorias de significado que serão discutidas nos tópicos correspondentes.

3.1 O fornecimento de alimentos para O PNAE

De acordo com os sentidos que emergiram das percepções dos agricultores entrevistados sobre o fornecimento de alimentos para o PNAE, foram estabelecidas novas categorias de significado: produtos mais frescos e saudáveis aos escolares, o apoio da prefeitura às agroindústrias, a compra direta dos agricultores familiares, a logística de entrega adotada no município estudado e a melhoria da renda/renda fixa como pontos positivos, e a pouca quantidade de alimentos comprada e o custo de embalagens/rótulos como pontos negativos.

De acordo com o FNDE²⁴, o orçamento do PNAE, para o ano de 2014, foi de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos, e o correspondente a 30% desse

19 FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATIONS OF THE UNITED NATIONS. *The state of food and agriculture: Innovation in family farming*. Rome: FAO, 2014.

20 TOMASETTO, Mariza Zeni de Castro; LIMA, Jandir Ferrera de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema/Paraná. *Interações*, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2009. p. 22.

21 RIBEIRO, Ana Lúcia de Paula; CERATTI, Silene; BROCH, Djúlia Taís. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto*, Cruz Alta, v.1, n. 1, p. 36-49, 2013.

22 REIS, Luá Cristine Siqueira; GONÇALVES NETO, João da Cruz. Produção de alimentos: agricultura familiar x cultura de exportação no Brasil, sob a perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 89-98, 2014.

23 SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, abr. 2013.

24 BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar*. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

valor — R\$ 1,05 bilhão — deve ser utilizado para a compra diretamente de agricultores familiares, visando promover o desenvolvimento econômico e sustentável.

Segundo Oliveira²⁵, a produção familiar consiste em uma das atividades principais de muitas famílias em diversas regiões do Brasil e deve ser fortalecida, gerando mais oportunidades aos agricultores e aumentando emprego e renda. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 tabulados pelo IBGE mostram que o valor anual da produção da agricultura familiar é de apenas 54,5 bilhões de reais (33,2% do total) e o da agricultura não familiar é 109,5 bilhões (66,8% do total)²⁶.

Com base na publicação da Lei nº 11.947/2009²⁷, a agricultura familiar ganhou grande incentivo. Para Turpin²⁸, “o FNDE induz o respeito à cultura alimentar local e ao uso de produtos *in natura*, típicos da agricultura familiar” quando estabelece que o cardápio deve conter alimentos básicos e quando recomenda a utilização de produtos da região.

O PNAE é um mercado institucional que aproxima produção e consumo de alimentos, que une o apoio à produção familiar de alimentos a uma melhora nos aspectos nutricionais. Esse programa constitui uma estratégia que auxilia a enfrentar problemas relacionados à produção e consumo de alimentos, contribuindo no que diz respeito a aspectos econômicos, sociais e nutricionais.²⁹ Ou seja, o Programa auxilia a reduzir a pobreza e a insegurança alimentar, a reorganizar as comunidades, incentiva a organização e associação de famílias agricultoras, dinamiza as economias locais, além de ampliar a oferta de alimentos de qualidade e valorizar a produção familiar.

O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar promove mudanças importantes na alimentação dos estudantes por proporcionar o consumo diário de alimentos saudáveis produzidos por agricultores familiares da região, como foi relatado por um agricultor entrevistado para o presente estudo:

“[...] a prefeitura começou [...] pegar produto fresco, assim que sai da agricultura, do dia-a-dia e é bem mais saudável para quem vai comer, os alunos, com certeza, o produto é sempre melhor” (A1).

Os agricultores entrevistados por Leite et al.³⁰ expuseram interesse em vender seus produtos para o PNAE, pois, além de melhoria e garantia de renda para a família, os alunos estão recebendo um alimento mais saudável.

Triches e Schneider³¹ perceberam com seu estudo que a compra de alimentos da agricultura familiar proporcionou modificações nas concepções e práticas alimentares das crianças atendidas e que foi relatado por merendeiras entrevistadas que os produtos recebidos são mais frescos, variados, de qualidade melhor, o que determina melhor aceitação da alimentação pelos alunos, sendo relatados, ainda, maior frequência de frutas e verduras na alimentação e maior consumo desses alimentos pelos estudantes.

25 OLIVEIRA, Luan Lustosa Nicolau de. *Programa Nacional de Alimentação Escolar*. 2013. 37 f. Relatório Final de Estágio Supervisionado (Graduação em Gestão do Agronegócio) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

26 HOFFMANN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014.

27 BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 10 jul. 2014.

28 TURPIN, Maria Elena. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, jul./dez. 2009. p. 26.

29 PAULA, Márcia Maria de; KAMIMURA, Quésia Postigo; SILVA, José Luís Gomes da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2014.

30 LEITE, Cássia Roberta de Melo et al. Projeto EDUCOAGRO (Educação Cooperativa e Agroecológica) fomentando a Agricultura Familiar e apoiando a implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Jupi/ PE, Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/11884/8255>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

31 TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010.

Salienta-se que, de acordo com a Portaria Interministerial n.º 1.010/2006, a alimentação saudável precisa ser percebida como direito humano, cujo padrão atenda às necessidades biológicas, sociais e culturais das pessoas, conforme as fases do curso da vida.³²

Para Campos³³, o PNAE consiste em “um programa bom para os agricultores familiares, bom para as escolas que possuem melhor alimentação escolar, bom para o desenvolvimento do município e para a população que fixa residência e tem suas necessidades atendidas”.

De acordo com Dias e Chiffolleau³⁴, o Programa proporciona, desde a educação infantil, aproximar quem produz e quem vai consumir o alimento, e assim, estimula a consciência sobre o local de produção como um local onde são produzidas memórias, saberes e identidade.

Turpin³⁵ constatou, em seu estudo, que, dentre os principais benefícios citados pela parceria entre agricultura familiar e alimentação escolar, estão o fortalecimento da economia local, maior produção com maior diversidade de produtos, diminuição do êxodo rural, melhora na qualidade de vida e garantia de renda aos agricultores, mais investimentos na produção dos alimentos, e maior formalização de agricultores por meio de cadastro e adesão ao Programa além da participação de cooperativas e associações.

O PNAE constitui ótima oportunidade para revitalizar a economia local e aproximar o produtor e o consumidor por meio das compras públicas. É um exercício de solidariedade e de reciprocidade. Os alunos têm a possibilidade de conhecer a origem do alimento que estão consumindo e essa reflexão pode ser levada para a sala de aula por meio de ações de educação.³⁶

Outro ponto positivo destacado por um agricultor neste estudo foi o apoio da prefeitura às agroindústrias:

“É assim, é positivo, é bom que eles começaram, por que um tempo atrás não pegavam quase, era tudo produto de fora, então a gente também ficou contente que a prefeitura começou dar apoio para as agroindústrias, [...]” (A1).

Segundo Campos³⁷, o apoio da gestão pública municipal à agricultura familiar auxilia o agricultor a aumentar sua produtividade, gerando renda. Assim, ocorre maior arrecadação de impostos para o município para consequente utilização desses recursos em benefício à população.

De acordo com Carvalho³⁸, muitos municípios da região sul do Brasil adquiriram produtos orgânicos

32 BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria Interministerial n. 1.010, de 8 de maio de 2006*. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

33 CAMPOS, Rafael Albuquerque. *Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/PR*. 2011. 53 f. Monografia (Especialização) – Pós Graduação Gestão Pública Municipal, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

34 DIAS, Juliana; CHIFFOLEAU, Monica. PNAE: um exercício de reciprocidade entre produtor e consumidor a partir da Lei de Alimentação Escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 7.; ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO, 3.; ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO CONSUMO, 1., 2014, Rio de Janeiro. *Mercados Contestados: as novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei*. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2014. Disponível em: <http://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2014-GT08-Dias_Chiffolleau-PNAE_%20um_exercicio_de_reciprocidade_entre_produto_r_e_consumidor.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

35 TURPIN, Maria Elena. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, jul./dez. 2009.

36 DIAS, Juliana; CHIFFOLEAU, Monica. PNAE: um exercício de reciprocidade entre produtor e consumidor a partir da Lei de Alimentação Escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 7.; ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO, 3.; ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO CONSUMO, 1., 2014, Rio de Janeiro. *Mercados Contestados: as novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei*. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2014. Disponível em: <http://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2014-GT08-Dias_Chiffolleau-PNAE_%20um_exercicio_de_reciprocidade_entre_produto_r_e_consumidor.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

37 CAMPOS, Rafael Albuquerque. *Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/PR*. 2011. 53 f. Monografia (Especialização) – Pós Graduação Gestão Pública Municipal, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

38 CARVALHO, Daniela Gomes de. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão

para a alimentação escolar de agricultores familiares da própria região, e essa prática auxilia no fortalecimento da economia municipal e estadual.

A compra direta da agricultura também foi vista como ponto positivo como fica evidente na fala a seguir:

“Positivo é que, por exemplo, assim, a gente tem uma vantagem que a compra é direta de nós agricultores, e daí o valor é um pouco maior, [...]” (A10).

Além disso, a logística de entrega adotada pelo município também foi citada como ponto positivo:

“[...] agora que eles colocaram aquele negócio lá do CTG, central da merenda, aí fica melhor entregar lá” (A2).

O município do presente estudo criou um local que é chamado Central da Merenda, localizado em um Centro de Tradição Gaúcha (CTG), onde os agricultores realizam a entrega dos produtos, sem haver necessidade de se deslocar para fazer as entregas em cada escola. Junto a esse CTG funciona uma escola que também recebe produtos dos agricultores familiares.

A logística de distribuição dos produtos hortifrutigranjeiros para as escolas foi um dos problemas encontrados no estudo de Barbosa e Almeida³⁹, além de inadequação de produtos processados pelos agricultores familiares quanto aos aspectos sanitários, pouca disponibilidade de produtos processados, adequação das cozinhas e dos depósitos nas escolas para receber os produtos *in natura*, vindos da agricultura familiar, a diversidade na produção e a adequação de cardápios aos alimentos disponibilizados pelos agricultores familiares. Tomando-se por base esse problema foi organizado um espaço para a entrega de produtos da agricultura familiar. A disponibilização desse local pode favorecer a aquisição de produtos das cooperativas de agricultores familiares.

Agricultores familiares fornecedores de alimentos para o PNAE foram entrevistados por Leite (2013) e citaram a logística utilizada para entrega dos produtos como favorável, já que a cooperativa é responsável por buscar a produção diretamente nas propriedades e realizar a entrega.

Já em um dos municípios avaliados no estudo de Prado et al.⁴⁰, a entrega foi ponto importante dos problemas de logística, sendo alegado que os agricultores realizavam a entrega dos alimentos nas escolas em carros de passeio, tornando o transporte ineficiente, tendo a necessidade de realizar muitas viagens para finalizar a entrega, gerando atrasos e comprometendo a qualidade dos produtos, podendo ocorrer até a falta de entrega.

Segundo Schneider⁴¹, é necessário que a logística em relação à coleta e à distribuição dos alimentos seja eficaz para que os produtos sejam consumidos em tempo adequado. Também Prado et al.⁴² citam que, na aquisição de alimentos, a logística de abastecimento é essencial para que o valor nutricional da alimentação servida nas escolas seja mantido.

A melhoria na renda da família também foi citada pelos agricultores familiares entrevistados como ponto positivo da parceria com o PNAE, porém, como esse assunto merece destaque, será discutido em um tópico específico a seguir.

sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 32, p. 115-148, jan./jun. 2009.

39 BARBOSA, Natália Ferreira; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. Gestão da alimentação escolar em Goiânia: uma análise do Comitê de Apoio à Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar em Goiás. *Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia*, Goiânia, v. 4, n. 4, p. 242-254, 2013.

40 PRADO, Tatiana Resende et al. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. *Nutrire*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 256-268, dez. 2013.

41 SCHNEIDER, Armildo. *A participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul*. 2013. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, 2013.

42 PRADO, Tatiana Resende et al. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. *Nutrire*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 256-268, dez. 2013.

Poucos pontos negativos foram citados pelos agricultores, incluindo a pouca quantidade de alimentos adquirida pelo Programa e o custo com embalagens/rótulos:

“Negativo, só é pouca a venda, podia ser mais né” (A2).

“[...] por outro lado, às vezes a gente produz e vai sobrando aí é difícil pra gente dar a volta” (A6).

“[...] mas a gente também tem dificuldade porque, o custo também das embalagens se tornou caro, porque é tudo comprado, pra tu poder vender tem que ter rótulo, rótulo é uma coisa assim, que também tem custo, então tudo envolve [...]” (A1).

Foi relatado pelas nutricionistas entrevistadas por Prado et al.⁴³ que os agricultores familiares locais não conseguem entregar ao município a quantidade necessária de alimentos demandada pelo PNAE, e que nem o mínimo de 30% é atingido com agricultores locais, sendo necessário recorrer a agricultores da região que, segundo as autoras, estão localizados a uma distância de até 600 km.

O presente estudo vislumbrou a possibilidade de aumentar a quantidade de alimentos adquiridos diretamente da agricultura familiar do município estudado, pois todos os agricultores entrevistados referiram ter capacidade de entregar volumes maiores ao Programa. É importante dizer que, de acordo com a nutricionista Responsável Técnica do PNAE no município em que foi desenvolvido este estudo, aproximadamente 50% dos recursos recebidos do FNDE no ano de 2013 para a compra de gêneros alimentícios para o Programa foram utilizados para a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar.

Salienta-se que essa região — oeste catarinense — tem estruturação econômica fortemente influenciada pela agropecuária. Com a inserção da criação de aves de corte e de agroindústrias frigoríficas, viabilizou-se a vocação da região para a pecuária de pequeno porte e a agricultura familiar, potencializando a mão de obra local que é abundante.⁴⁴ De acordo com Giacomoli⁴⁵, a região oeste de Santa Catarina teve ocupação marcada “pelo predomínio de minifúndios e a intensa atividade agropecuária”.

Cabe referir, que, no momento que os dados desta pesquisa foram coletados, o limite individual de venda do agricultor familiar para a alimentação escolar deveria respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)/ano. Em abril de 2015, uma nova resolução⁴⁶ permite que esse valor possa ser praticado por Entidade Executora, ou seja, o agricultor pode vender esse valor para vários municípios.

3.2 A parceria com cooperativas

As seguintes categorias de significado serão analisadas a seguir: a burocracia, o trabalho conjunto, a redução dos custos e o apoio técnico dado pelas cooperativas como pontos positivos, e a burocracia também como ponto negativo.

Segundo Castellano⁴⁷, “o cooperativismo se trata de um modelo de gestão que busca maior justiça social

43 PRADO, Tatiana Resende et al. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. *Nutrire*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 256-268, dez. 2013.

44 SEARA (SC). Prefeitura Municipal. *Aspectos econômicos do município de Seara*. Disponível em: http://www.seara.sc.gov.br/arquivos_internos/index.php?abrir=secretaria_agricultura. Acesso em: 24 set. 2014.

45 GIACOMOLI, Marcio. O papel da CRESOL CREDISEARA no financiamento e apoio aos pequenos agricultores rurais em Seara (SC) e municípios vizinhos. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5. *Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais*. Disponível em: http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/5/Marcio%20Giacomoli_Estudios%20da%20Dinamica%20Regional%20e%20de%20Processo.pdf. Acesso em: 17 ago. 2015. p. 2.

46 BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução n. 4, de 2 de abril de 2015*. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE n. 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vIr_ano=2015&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC. Acesso em: 30 jun. 2015.

47 CASTELLANO, Flora de Oliveira. *Condições para ampliação da comercialização de produtos orgânicos da agricultura familiar na grande Florianópolis/SC*: estudo sobre a organização de uma central de reunião e distribuição de produtos. 2012. 63 f. Trabalho de Conclusão

e econômica”, e seu atual desafio consiste em manter estratégias para assegurar que pequenos produtores tenham espaço em um sistema que busca primeiramente o lucro.

Ainda segundo o mesmo autor, com base na formação de associações e cooperativas, pequenos produtores com dificuldades semelhantes conseguem melhores condições para colocar seus produtos no mercado.⁴⁸ A organização em cooperativas constitui uma alternativa para a inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar especialmente em mercados institucionais grandes.⁴⁹

No município em estudo, todos os entrevistados são associados a cooperativas e afirmam que, mesmo antes de fornecer alimentos para o Programa, já eram associados. Essa associação é vista como importante para todos os agricultores entrevistados:

“[...] é que nem fosse uma família, a gente se une todos, todas as agroindústrias, cada um com o seu produto, e vai discutindo, defendendo, [...] com reuniões a gente se sai bem, contente, e é um trabalho junto, mais familiar” (A1).

“[...] se não tivesse a cooperativa, seria pior pra, desde o financiamento, orientação, o grupo se ajuda” (A2).

Também Schneider⁵⁰ constatou em seu estudo que a maioria dos agricultores familiares que fornecem alimentos para o PNAE participam de alguma associação ou cooperativa e que essa parceria traz benefícios aos agricultores. Para os agricultores entrevistados por Leite⁵¹, a forma de organização cooperativada também é considerada importante para que a comercialização se desenvolva.

Em contrapartida, a maioria dos agricultores entrevistados por Silva⁵² não são associados a cooperativas, mas admitem querer participar dessas associações, pois acreditam que isso possibilitaria a garantia de comercialização de seus produtos.

Percebe-se que o trabalho em equipe realizado com base na parceria com as cooperativas é de grande importância para os agricultores entrevistados:

“Os positivos que se tu tiver algum problema eles sentam todo mundo pra resolver, [...]” (A7).

“É com certeza o trabalho em conjunto facilita muito, a parte burocrática, diminui custo, é um trabalho muito interessante que tem as experiências de uma filial, às vezes contribui com os problemas de outro” (A8).

Segundo Nerling e Abreu⁵³, a cooperativa a que os agricultores familiares entrevistados são associados tem o objetivo de promover desenvolvimento das famílias associadas e suas respectivas comunidades por meio da produção e industrialização de seus produtos.

de Curso (Graduação) – Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

48 CASTELLANO, Flora de Oliveira. *Condições para ampliação da comercialização de produtos orgânicos da agricultura familiar na grande Florianópolis/SC*: estudo sobre a organização de uma central de reunião e distribuição de produtos. 2012. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

49 BARBOSA, Natália Ferreira; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. Gestão da alimentação escolar em Goiânia: uma análise do Comitê de Apoio à Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar em Goiás. *Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia*, Goiânia, v. 4, n. 4, p. 242-254, 2013.

50 SCHNEIDER, Armildo. *A participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul*. 2013. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, 2013.

51 LEITE, Cármen Elisete Caceres. *Análise da importância do PAA e PNAE como impulsionadores do desenvolvimento local – o caso da COPTIL em Hulba Negra/RS*. 2013. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, São Lourenço do Sul, 2013.

52 SILVA, Cláudia Hein da. *Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar do município de Arroio dos Ratos – RS*. 2013. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Arroio dos Ratos, 2013.

53 NERLING, Daniele; ABREU, Lucilene de. Agroecologia e agricultura familiar: relato do estágio de vivência ativa da Unochapecó em Seara - SC 2007. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Cruz Alta, v. 2, n. 1, p. 1222-1225, fev. 2007.

Antes de haver a possibilidade de os agricultores familiares fornecerem gêneros alimentícios para a alimentação escolar, eles atuavam apenas como produtores de alimentos. Juntamente com a oportunidade de entrega de seus produtos para a alimentação escolar foram exigidas alterações e, em razão delas, os agricultores encontravam dificuldades para participar do programa, dentre as quais, a obrigatoriedade de licitar todos os recursos utilizados para as compras e a adequação das formalidades para comprovação de padrões de qualidade dos produtos.⁵⁴

Atualmente o processo licitatório é dispensado para a compra de alimentos provindos da agricultura familiar, desde que os valores sejam semelhantes aos demais do mercado local e que os produtos tenham a qualidade necessária. A aprovação da Lei que tornou obrigatória a aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares auxilia estes a comercializarem seus produtos sem participar de processos licitatórios.⁵⁵

Mesmo o processo licitatório sendo dispensado, existem documentos necessários para que os produtores forneçam alimentos para o Programa, envolvendo aspectos burocráticos. Nesse sentido, a parceria com cooperativas também foi vista como fundamental:

“Com a cooperativa é bom por que a gente não precisa correr muito atrás de nota fiscal, tem a funcionária que faz as notas fiscais, enfim, o que é necessário para a comercialização” (A6).

“[...] A cooperativa que faz todo o projeto, faz a nota, faz as encomendas em si, ela faz toda a organização da entrega da produção, toda a logística a cooperativa faz” (A10).

De acordo com Camargo, Baccarin e Silva⁵⁶, embora existam dificuldades, o PNAE permite a inserção e maior participação dos agricultores na economia local, o que contribui para que os hábitos alimentares locais culturalmente estabelecidos sejam valorizados e mantidos.

O apoio técnico dado pelas cooperativas foi citado pelos agricultores entrevistados como ponto positivo da parceria:

“Muito bom a organização, já é engenheira de alimentos, já é contador junto, trabalhamos tudo junto assim, daí diminui gastos” (A4).

“Nós temos uma ONG que dá toda a assessoria daí, o código de barras, contador, engenheira de alimentos, tudo que precisa eles tem [...]” (A5).

“[...] tem toda a parte da burocracia que é feita pela ONG, parte de contabilidade, marca e código de barra e tudo mais que nós temos apoio disso aí” (A9).

Conforme afirma Ramos⁵⁷, muitos documentos precisam ser criados para permitir a organização dos agricultores e seus produtos com as escolas. Dentre eles estão: “chamadas públicas, projetos de venda, contratos de fornecimento, termos de recebimento, notas fiscais e pagamentos.” Como os agricultores não estão habituados com esse trabalho, é fundamental a existência de entidade articuladora e de profissional responsável por atuar na parte administrativa.

No estudo de Prado et al.⁵⁸, “a falta de treinamento técnico dos agricultores é um fator importante, que dificulta todo o processo logístico desde a colheita até a entrega”. O treinamento possibilita capacitar os

54 TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010.

55 SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, abr. 2013.

56 CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. *Revista Temas de Administração Pública*, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6846>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

57 RAMOS, Mariana Oliveira. As crianças estão se sentindo importantes: avanços na alimentação escolar a partir da lei 11.947/2009 e da compra da agricultura familiar. *Revista Trajetória Multicursos*, Osório, v.2, n. 2, p. 4-19, ago. 2011. Edição Especial. p. 15.

58 PRADO, Tatiana Resende et al. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. *Nutrire*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 256-268, dez. 2013. p. 265.

agricultores para atividades que demandem nível de conhecimento maior em assuntos específicos, “como novas tecnologias de produção, logística e gestão”.

Agricultores entrevistados por Schneider⁵⁹ para seu estudo, se mostraram satisfeitos com o fornecimento de alimentos para o PNAE, pois, com isso, têm a oportunidade de participar de palestras e cursos referentes ao seu trabalho, havendo a possibilidade de aumentar sua renda em razão das informações recebidas, renda essa utilizada pela maioria dos agricultores para manter a família e investir em sua propriedade.

Os agricultores entrevistados para o presente estudo não referiram a participação em palestras ou cursos, sendo esta uma estratégia interessante de ser aplicada, pois informações importantes são tratadas nessas intervenções. Cabe ressaltar que os entrevistados citaram ter auxílio de diversos profissionais, o que se dá por meio das parcerias com as cooperativas.

Quando questionados sobre pontos negativos da relação com a cooperativa, os agricultores demonstram estar satisfeitos, pois não apontam problemas:

“Bom, tem essa questão da cooperativa pra nós, não tem pontos negativos, todos eles são pontos positivos” (A10).

Apenas um agricultor cita a burocracia como um ponto negativo:

“... e daí também tem os pontos negativos, que às vezes tem que correr atrás de várias coisas, tudo com nota, senão, não dá nada certo, a gente não consegue nada [...]” (A1).

Porém, em outras falas citadas anteriormente os entrevistados afirmam que toda a parte burocrática é realizada pela própria cooperativa, além de outras entidades que dão apoio aos agricultores.

Em estudo realizado por Campos⁶⁰, os entrevistados também apontaram a burocracia na documentação para o Programa como uma dificuldade, além de referirem não receber informações suficientes a respeito disto dos órgãos competentes. No presente estudo, todos os agricultores afirmaram receber apoio das cooperativas para resolver seus problemas.

Entre os documentos exigidos para o fornecimento ao PNAE, estão o Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), CPF/CNPJ, projeto de venda e declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelo agricultor ou associados relacionados no projeto de venda. A lista completa de documentos por agricultor individual ou grupos de agricultores está disponível na Resolução/CD/FNDE nº 26/2013⁶¹.

Um desafio e, simultaneamente, incentivo promovido pela lei 11.947/2009, encontrado pelos agricultores familiares consistem na organização para, por exemplo, realizar a entrega dos gêneros alimentícios dentro dos prazos estabelecidos, mesmo com os imprevistos em razão do clima. Assim, a parceria com instituições que forneçam apoio e informação aos agricultores é fundamental para o processo de organização.⁶²

Percebe-se que a associação às cooperativas é fundamental para os agricultores entrevistados, em virtude

59 SCHNEIDER, Armildo. *A participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul*. 2013. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, 2013.

60 CAMPOS, Rafael Albuquerque. *Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/PR*. 2011. 53 f. Monografia (Especialização) – Pós Graduação Gestão Pública Municipal, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

61 BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução FNDE/CD n. 26, de 17 de junho de 2013*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC. Acesso em: 23 nov. 2014.

62 RAMOS, Mariana Oliveira. As crianças estão se sentindo importantes: avanços na alimentação escolar a partir da lei 11.947/2009 e da compra da agricultura familiar. *Revista Trajetória Multicursos*, Osório, v.2, n. 2, p. 4-19, ago. 2011. Edição Especial.

do apoio prestado por elas aos associados. Corrêa⁶³ também constatou com seu estudo que as cooperativas estão muito envolvidas em dar apoio aos agricultores familiares, auxiliando na divulgação e acesso ao PNAE.

3.3 Mudanças na renda após parceria com o PNAE

Para as mudanças percebidas na renda após parceria com o Programa, foram estabelecidas como categorias de significado o aumento na renda, renda insuficiente e renda complementar.

Políticas públicas de compras institucionais, como é o caso do PNAE, têm alcançado resultados positivos na sustentabilidade econômica dos agricultores, assim como na estruturação dos grupos a que estes estão associados.⁶⁴

Neste estudo, foram unânimes os relatos em relação à renda como ponto positivo do fornecimento de produtos para o Programa:

“Olha, o positivo, renda garantida, sempre certinho, paga certo também” (A4).

“[...] o pagamento é em dia, não tem atraso, no dia marcado a gente recebe” (A10).

“Ah, é um ponto positivo é que a gente tem uma renda a mais [...] além do que a gente entrega no município e nos mercados” (A3).

“É o ponto positivo é que tu tem todo ano uma quantidade [...]” (A7).

Os agricultores entrevistados no estudo realizado em Campina da Lagoa/PR também referiram receber pagamento correto pelos produtos fornecidos ao PNAE, além de referirem que o Programa incentiva a diversificação no cultivo, e de terem certeza que os alimentos produzidos serão vendidos e o valor correspondente será recebido.⁶⁵

Barbosa e Almeida⁶⁶ também observaram, em seu estudo, realizado em Goiânia que a parceria da agricultura familiar com a alimentação escolar proporciona garantia de mercado para os agricultores comercializarem seus produtos, além de possibilitar inclusão socioeconômica desses sujeitos, aspectos considerados positivos para os agricultores.

Neste estudo percebeu-se que a renda provinda do fornecimento de alimentos para o PNAE não se caracteriza como a principal renda de nenhuma das famílias entrevistadas, sendo, portanto, insuficiente para o sustento da família e complementar aos recursos obtidos de outras vendas e atividades realizadas. Porém, todos os agricultores têm intenção de continuar fornecendo alimentos para o Programa.

Para garantir o sustento da família, todos os agricultores entrevistados para este estudo fornecem alimentos em outros locais, como mercados, feira, casa colonial, fruteiras e dois deles têm outra renda além da produção de alimentos, sendo um professor aposentado e um proprietário de madeireira. Nas falas a seguir evidencia-se o exposto:

“Não é a renda principal não, temos que correr atrás de outras coisas. [...] tem que aproveitar outros pontos e correr atrás, colocar na casa colonial, em outros mercados, a gente tem, em outros lugares que

63 CORRÊA, Edilene dos Santos. *Programa Nacional de Alimentação Escolar: um canal de comercialização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul*. 2011. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, 2011.

64 GONÇALVES, Daniel Bertoli. Os desafios da agricultura familiar frente aos programas de compras públicas de alimentos: um estudo sobre agricultores da região sudoeste do estado de São Paulo. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 604-613, jan./jul. 2014.

65 CAMPOS, Rafael Albuquerque. *Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/PR*. 2011. 53 f. Monografia (Especialização) – Pós Graduação Gestão Pública Municipal, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

66 BARBOSA, Natália Ferreira; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. Gestão da alimentação escolar em Goiânia: uma análise do Comitê de Apoio à Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar em Goiás. *Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia*, Goiânia, v. 4, n. 4, p. 242-254, 2013.

a gente tá” (A1).

“Na verdade não vendemos tanto pra eles (PNAE). Vende pra outros também” (A4).

“Pela venda que se faz nesse programa, com certeza não (é suficiente), mas isso ajuda, é um complemento que ajuda as demais vendas” (A8).

No estudo de Schneider⁶⁷, os agricultores entrevistados relataram melhorias em suas propriedades e na qualidade de vida após iniciarem fornecimento de alimentos para o PNAE, porém nenhum deles consegue se manter somente com essa venda, sendo dependentes de outras rendas para melhorar o orçamento da família, o que vem ao encontro do presente estudo.

Os agricultores entrevistados por Campos⁶⁸ replicaram que o PNAE é um bom programa, já que auxilia no aumento da renda do agricultor familiar. Além de expressarem a certeza de que, por se tratar de programa federal, não haverá problemas de não recebimento do valor correspondente aos produtos fornecidos, desde que sejam cumpridas as exigências. Portanto, o agricultor complementa sua renda e tem recebimento garantido.

Também em estudo realizado por Silva⁶⁹ os agricultores afirmaram que a renda extra proporcionada pelo fornecimento de alimentos para o PNAE constitui uma vantagem, assim como as melhorias realizadas em suas propriedades e a oportunidade de permanecer no campo.

Campos⁷⁰ concluiu ainda que o PNAE consiste em um programa de complementação de renda para agricultores familiares e que no município em que realizou sua pesquisa o Programa é de grande importância para os participantes e para a alimentação escolar, já que por meio dele os agricultores podem aumentar a produtividade de suas propriedades, gerando trabalho e renda para a própria família.

Costa⁷¹ realizou seu estudo acerca de uma agroindústria familiar de panificação em Tiradentes do Sul/RS e constatou que políticas públicas como o PNAE são de fundamental importância para a manutenção do negócio, pois proporcionam garantia de comercialização dos produtos e consequentemente de renda para as famílias envolvidas, já que mais de 50% dos produtos fabricados na referida agroindústria são comercializados para o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁷².

Para os agricultores familiares, o fornecimento de produtos ao PNAE propicia valorização, desenvolvimento econômico da região e garantia da venda que incentiva a continuidade da produção, além de que estimula sua organização, formalização e cooperação, aumentando a renda, diminuindo o êxodo rural e aproximando produtores e consumidores.⁷³

67 SCHNEIDER, Armildo. *A participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul*. 2013. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, 2013.

68 CAMPOS, Rafael Albuquerque. *Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/PR*. 2011. 53 f. Monografia (Especialização) – Pós Graduação Gestão Pública Municipal, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

69 SILVA, Cláudia Hein da. *Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar do município de Arroio dos Ratos – RS*. 2013. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Arroio dos Ratos, 2013.

70 CAMPOS, Rafael Albuquerque. *Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/PR*. 2011. 53 f. Monografia (Especialização) – Pós Graduação Gestão Pública Municipal, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

71 COSTA, Alexandre Moreira da. *Estudo de caso de uma agroindústria familiar de panificação no município de Tiradentes do Sul-RS*. 2013. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três Passos, 2013.

72 O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n. 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto n. 5.873, de 15 de agosto de 2006.

73 BRASIL. Ministério da Educação. *O papel do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): manual de instruções operacionais para nutricionistas vinculados ao PNAE*. 2. ed. Brasília: MEC, 2012

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo percebeu-se que, embora a renda provinda da venda de gêneros alimentícios para o PNAE não seja a principal de nenhuma das famílias, ela contribui para a melhoria de sua qualidade de vida, por aumentar os ganhos da família e mantê-la unida nas atividades do campo.

A vocação agrícola do município pesquisado e da região em que está localizado permite a aquisição de grande quantidade de alimentos diretamente do pequeno agricultor. Assim, é importante que, além do PNAE, outros programas como o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)⁷⁴, por exemplo, incentivem o desenvolvimento local por meio da aquisição de alimentos produzidos por agricultores do município.

A compra garantida de alimentos dos agricultores familiares faz com que estes mantenham-se produzindo alimentos, melhorando a qualidade da alimentação da população, já que consumidor e produtor estarão mais próximos, podendo ser comercializados produtos mais frescos.

Quanto à cooperativa, houve aprovação da parceria pelos agricultores, já que esta presta assistência em relação a aspectos antes vistos como dificuldades pelos agricultores, como a documentação exigida para realizar o fornecimento de alimentos para o Programa. Essas entidades dispõem, ainda, de parceria com outros profissionais para auxiliar os agricultores familiares a enfrentarem os desafios encontrados e continuarem a produzir. Pode-se dizer que a agricultura familiar no município estudado está melhor organizada em virtude do apoio dado pelas cooperativas.

Para Oliveira⁷⁵, “as compras institucionais do governo são uma das alternativas à comercialização dos produtos agrícolas vindos da agricultura familiar, que dá aos agricultores destino da produção nos períodos de safra, ajuda a regular os preços de mercado e garantir renda aos produtores”, assegurando o retorno de investimentos realizados e preço justo pelos produtos, fazendo com que outros agricultores familiares dediquem-se à produção de alimentos.

Com o PNAE, agricultores, que por muito tempo não viam oportunidade de algo novo, estão confiantes e dispostos a desafiar-se a novas experiências de grupo, assumir compromissos e se envolver com as escolas. Veem um mercado garantido para os seus produtos, a possibilidade de aumento em sua renda e de receber preços mais justos pelo seu trabalho. Além disso, as crianças que vão crescer sentindo o sabor dos alimentos de sua região, conhecendo a diversidade de sabores de frutas, verduras e tubérculos, são novos agricultores que estão em processo de formação e terão cada vez mais orgulho e respeito por serem familiares ou amigos dos agricultores que produzem os alimentos da sua merenda.⁷⁶

Foi percebido com base nos dados levantados que o PNAE contribui positivamente com a agricultura familiar, propiciando aos agricultores, garantia de venda de seus produtos, melhorando sua renda, assim como suas condições de vida e de produção dos alimentos.

5. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Natália Ferreira; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. Gestão da alimentação escolar em Goiânia: uma análise do Comitê de Apoio à Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação

74 O Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT foi instituído pela Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976 e regulamentado pelo Decreto n. 5, de 14 de janeiro de 1991, que priorizam o atendimento aos trabalhadores de baixa renda, isto é, aqueles que ganham até cinco salários mínimos mensais.

75 OLIVEIRA, Luan Lustosa Nicolau de. *Programa Nacional de Alimentação Escolar*. 2013. 37 f. Relatório Final de Estágio Supervisionado (Graduação em Gestão do Agronegócio) – Universidade de Brasília, Brasília.

76 RAMOS, Mariana Oliveira. As crianças estão se sentindo importantes: avanços na alimentação escolar a partir da lei 11.947/2009 e da compra da agricultura familiar. *Revista Trajetória Multicursos*, Osório, v.2, n. 2, p. 4-19, ago. 2011. Edição Especial.

- Escolar em Goiás. *Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia*, Goiânia, v. 4, n. 4, p. 242-254, 2013.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto n. 37.106, de 31 de março de 1955*. Institui a Campanha de Merenda Escolar. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 jun.2015.
- BRASIL. *Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução n. 4, de 2 de abril de 2015*. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE n. 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2015&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 30 jun. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução FNDE/CD n. 26, de 17 de junho de 2013*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC>. Acesso em: 23 nov. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programas/ PNAE*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 22 out. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. *O papel do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): manual de instruções operacionais para nutricionistas vinculados ao PNAE*. 2. ed. Brasília: MEC, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria Interministerial n. 1.010, de 8 de maio de 2006*. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2014.
- CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. *Revista Temas de Administração Pública*, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6846>>. Acesso em: 07 dez. 2014.
- CAMPOS, Rafael Albuquerque. *Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/PR*. 2011. 53 f. Monografia (Especialização) – Pós Graduação Gestão Pública Municipal, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- CARVALHO, Daniela Gomes de. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 32, p. 115-148, jan./jun. 2009.
- CASTELLANO, Flora de Oliveira. *Condições para ampliação da comercialização de produtos orgânicos da agricultura*

familiar na grande Florianópolis/SC: estudo sobre a organização de uma central de reunião e distribuição de produtos. 2012. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CORRÊA, Edilene dos Santos. *Programa Nacional de Alimentação Escolar: um canal de comercialização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul*. 2011. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, 2011.

COSTA, Alexandre Moreira da. *Estudo de caso de uma agroindústria familiar de panificação no município de Tiradentes do Sul-RS*. 2013. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três Passos, 2013.

DIAS, Juliana; CHIFFOLEAU, Monica. PNAE: um exercício de reciprocidade entre produtor e consumidor a partir da Lei de Alimentação Escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 7.; ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO, 3.; ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO CONSUMO, 1., 2014, Rio de Janeiro. *Mercados Contestados: as novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei*. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2014. Disponível em: <http://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2014-GT08-Dias_Chiffolleau-PNAE_%20um_exercicio_de_reciprocidade_entre_produto_r_e_consumidor.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATIONS OF THE UNITED NATIONS. *The state of food and agriculture: Innovation in family farming*. Rome: FAO, 2014.

GIACOMOLLI, Marcio. O papel da CRESOL CREDISEARA no financiamento e apoio aos pequenos agricultores rurais em Seara (SC) e municípios vizinhos. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5. *Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais*. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/5/Marcio%20Giacomolli_Estudos%20da%20Dinamica%20Regional%20e%20de%20Processo.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. Os desafios da agricultura familiar frente aos programas de compras públicas de alimentos: um estudo sobre agricultores da região sudoeste do estado de São Paulo. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 604-613, jan./jul. 2014.

HOFFMANN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014.

LEITE, Cármen Elisete Caceres. *Análise da importância do PAA e PNAE como impulsionadores do desenvolvimento local: o caso da COPTIL em Hulha Negra/RS*. 2013. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, São Lourenço do Sul, 2013.

LEITE, Cássia Roberta de Melo et al. Projeto EDUCOAGRO (Educação Cooperativa e Agroecológica) fomentando a Agricultura Familiar e apoiando a implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Jupi/ PE, Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/11884/8255>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

MARCONDES, Tabajara. Mudanças no espaço rural de Santa Catarina. In: VIEIRA, Luiz Marcelino (Org). *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010*. Florianópolis: EPAGRI, 2010. p. 12-24.

MATTEI, Lauro. Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina. In: VIEIRA, Luiz Marcelino (Org). *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010*. Florianópolis: EPAGRI, 2010. p. 25-35.

NERLING, Daniele; ABREU, Lucilene de. Agroecologia e agricultura familiar: relato do estágio de vivência ativa da Unochapecó em Seara - SC 2007. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Cruz Alta, v. 2, n. 1, p. 1222-1225,

fev. 2007.

OLIVEIRA, Luan Lustosa Nicolau de. *Programa Nacional de Alimentação Escolar*. 2013. 37 f. Relatório Final de Estágio Supervisionado (Graduação em Gestão do Agronegócio) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PAULA, Márcia Maria de; KAMIMURA, Quésia Postigo; SILVA, José Luís Gomes da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2014.

PRADO, Tatiana Resende et al. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. *Nutrire*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 256-268, dez. 2013.

RAMOS, Mariana Oliveira. As crianças estão se sentindo importantes: avanços na alimentação escolar a partir da lei 11.947/2009 e da compra da agricultura familiar. *Revista Trajetória Multicursos*, Osório, v. 2, n. 2, p. 4-19, ago. 2011. Edição Especial.

REIS, Luá Cristine Siqueira; GONÇALVES NETO, João da Cruz. Produção de alimentos: agricultura familiar x cultura de exportação no Brasil, sob a perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 89-98, 2014.

RIBEIRO, Ana Lúcia de Paula; CERATTI, Silene; BROCH, Djulia Taís. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto*, Cruz Alta, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.

SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, abr. 2013.

SCHNEIDER, Armildo. *A participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul*. 2013. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, 2013.

SEARA (SC). Prefeitura Municipal. *Aspectos econômicos do município de Seara*. Disponível em: <http://www.seara.sc.gov.br/arquivos_internos/index.php?abrir=secretaria_agricultura>. Acesso em: 24 set. 2014.

SILVA, Cláudia Hein da. *Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar do município de Arroio dos Ratos – RS*. 2013. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Arroio dos Ratos, 2013.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MONTEIRO, Carlos Augusto. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n. 5, p. 657-668, set./out. 2012.

TOMASETTO, Mariza Zeni de Castro; LIMA, Jandir Ferrera de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema/Paraná. *Interações*, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2009.

TRICHES, Rozane Márcia. *Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar*. 2010. 297 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2010.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010.

TURPIN, Maria Elena. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, jul./dez. 2009.

VILLAR, Betzabeth Slater et al. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 223-226, mar. 2013.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.